

## **VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho**

### **O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas**

#### **GT 06 - Subcontratación y organización de trabajadores precarios**

#### **Subcontratações e os migrantes da costura em São Paulo: a polêmica em torno do trabalho escravo**

Carlos Freire da Silva

(Universidade de São Paulo – Doutorando em Sociologia)

Tiago Rangel

(Universidade de São Paulo – Mestrando em Sociologia)

São Paulo

Novembro de 2012

**Resumo:** Neste trabalho abordamos as relações que se constituem entre a subcontratação na indústria de confecções e algumas dinâmicas migratórias em São Paulo, notadamente de bolivianos, de paraguaios e, em menor medida, de peruanos. A reestruturação produtiva no setor, com o consequente aumento das subcontratações, acabou se tornando um nicho econômico no qual atuam muitos migrantes em condições precárias e mal remuneradas. Pretendemos discutir mais detidamente um aspecto que ganha grande visibilidade no debate público sobre o trabalho destes migrantes no setor: os casos de trabalhadores reduzidos a condições análogas a de escravo. O objetivo é problematizar o campo normativo que vem se constituindo em torno desta categoria de trabalho escravo e o conjunto de práticas e atores que se estruturam neste campo. Trata-se de analisar os deslocamentos que isto tem representado no campo dos conflitos trabalhistas ligados a subcontratação e as diferentes questões suscitadas para o debate.

### **Subcontratações e os migrantes da costura em São Paulo: a polêmica em torno do trabalho escravo**

As terceirizações representam um aspecto cada vez mais presente no mercado de trabalho e sinalizam as transformações nos modos de produção e distribuição de bens e serviços da economia atual. De acordo com Marcio Pochmann (2012), elas ganharam importância a partir dos anos 1990, com a abertura comercial e a desregulamentação dos contratos de trabalho, e tem uma crescente participação no total das ocupações geradas na base da pirâmide social ao longo dos últimos anos. Na indústria de confecções, caracterizada por ser altamente intensiva em mão-de-obra, as terceirizações são um aspecto constitutivo do setor, sobretudo na costura, etapa que mais demanda força de trabalho. Após a reestruturação produtiva, com a passagem para uma produção mais diversificada e de menores escalas, a subcontratação de oficinas de costura passou a ser elemento constitutivo da dinâmica do setor, não apenas no sentido de redução de custos trabalhistas, mas na própria gestão da produção segundo as oscilações de mercado. De modo que as encomendas das empresas do topo da cadeia ditam o ritmo de trabalho nas oficinas da ponta, oscilando períodos de muito volume de trabalho e prazos apertados e épocas em que a falta de encomendas é motivo de preocupação.

Podemos notar algumas afinidades entre este processo e as dinâmicas migratórias de bolivianos, paraguaios e peruanos que tem se estabelecido no setor nos últimos anos. As mudanças no setor de confecções contribuíram para impulsionar estes fluxos imigratórios e para que estes assumissem o peso que tem hoje. Neste sentido, a fragmentação da produção e a exteriorização da costura, com a consequente proliferação das oficinas de costura corresponde justamente ao lugar de inserção destes imigrantes na cadeia produtiva. Há uma relação entre as mediações em torno das quais a migração ocorre e a sua posterior atuação na cidade no setor de confecções. Os próprios donos de oficinas de costura tratam agenciar as suas viagens, ou então eles vêm atrás de familiares que já se encontram aqui trabalhando com costura e, uma vez na cidade, os imigrantes trabalham e habitam no mesmo local. Pode se dizer que a intensificação destes fluxos migratórios está associada às mudanças no setor das confecções na cidade e acompanha o seu desenvolvimento recente, ou seja, é pelas vias desse circuito e pelas redes que se estruturam a partir dele que, em parte, se faz a mediação pela qual se dá sua grande afluência para São Paulo (FREIRE DA SILVA, 2008).

Esta relação que se estabelece entre as mediações da imigração, muitas vezes com o financiamento da viagem, e as condições de moradia no mesmo local do trabalho; combinados com a remuneração por produtividade característica do trabalho subcontratado, esta na base das questões mais problemáticas debatidas em torno das oficinas de costura dos migrantes.

Por um lado, estes elementos facilitariam bastante a mobilidade ao criarem canais e formas de inserção em São Paulo. De acordo com Sylvain Souchaud (2012, p. 80), as oficinas de costura dos migrantes não podem ser interpretadas unicamente na perspectiva da exploração da mão de obra, pois também representam lugares de inserção e ascensão social, um nicho econômico no qual muitos estrangeiros realizam seus projetos migratórios, seja de tornar-se dono da própria oficina ou de acumular recursos para investir em seu país de origem. Para Souchaud, há uma tendência de substituição das oficinas com mão de obra nacional pelas oficinas de migrantes. De modo que alguns pesquisadores descartam a ideia de trabalho escravo e frisam outros aspectos da presença migrante na metrópole: os projetos migratórios, a ocupação e distribuição dos migrantes pela cidade; suas intervenções culturais, etc (XAVIER, 2010; VIDAL, 2012; SOUCHAUD, 2012).

Por outro lado, a relação ampliada entre a intermediação da migração, a moradia no mesmo local de trabalho e a remuneração por produtividade está na base de aspectos insalubres e condições bem precárias de trabalho. A partir desta associação que surgem situações limites como retenção de documentos, endividamentos, coações e restrições de liberdade a partir das quais são feitas as autuações pelo Ministério Público de Justiça de redução do trabalhador a condição análoga a de escravo. Várias pesquisas acadêmicas identificam o trabalho escravo como um dos piores problemas que assolam essa população migrante na metrópole, situação agravada para aqueles que não estão regularizados no país que acabam ficando em situação de maior vulnerabilidade país, sobretudo a partir do caso dos migrantes bolivianos (MAGALHÃES, 2010; HIRSCH, 2008; CACCIAMALI E AZEVEDO, 2006; AZEVEDO, 2005; Mc GRATH, 2010; MAZZOCANTE, 2008; BIGNAMI, 2011; dentre outros).

Neste trabalho procuramos deslocar a discussão sobre a caracterização do trabalho escravo no interior das oficinas para o campo de práticas e conjunto de atores que se constituem na maneira como esta questão tem sido encaminhada. Para além das oficinas e dos migrantes diretamente atingidos, esta problemática envolve também as empresas, fundações empresariais, representantes do Estado, ONGs e movimentos sociais. Há um campo de conflitos, disputas e controles que vem se estruturando com o tema trabalho escravo. Deste modo, as relações de subcontratação e os migrantes da costura têm colocado questões radicalmente diferentes em relação aos conflitos laborais ligados a subcontratação: eles extrapolam o campo dos direitos trabalhistas e passam a envolver o código penal, a partir do qual é definida no artigo 149 a redução do trabalhador a condição análoga a de escravo.

Inicialmente, o tema do trabalho escravo na indústria de confecções apareceu no início da década 1990 pautado pela polícia, que realizava batidas em oficinas de costura e frequentemente levava os donos das oficinas para a cadeia (SILVA, 1997). Muitas vezes, a partir de denúncias do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco. Em meados dos anos 2000, em fiscalizações empreendidas por auditores fiscais do trabalho do MTE notificaram casos em oficinas de costura que produziam mercadorias para grandes cadeias varejistas<sup>1</sup>, como C&A, Zara, Pernambucanas, Collins, Marisa, Gregory, Talita Kume, dentre outras, responsabilizando não apenas os donos das

---

<sup>1</sup> É importante notar que segundo os próprios auditores entrevistados, algo em torno de 40 e 50% da produção das oficinas de costura de migrantes é encaminhada para os grandes varejistas, enquanto o restante seria comercializado por atacadistas ou varejistas menores, localizados, sobretudo, no Brás e Bom Retiro – pólo de comercialização de vestimentas que atrai revendedores de todo o país.

oficinas, mas também os tomadores finais beneficiados pelo trabalho subcontratado destas oficinas.

Dos anos 1990 para os 2000 há um deslocamento importante a se marcar. Os sindicatos progressivamente saem de cena – ao mesmo tempo em que o vocabulário dos direitos trabalhistas – e as fiscalizações passam a articular outras entidades, sendo elas ONGs, como o Centro de Apoio ao Migrante (CAMI), o Centro Pastoral do Migrante e a Repórter Brasil. Em geral, os trabalhadores libertados pelo MTE recebem os direitos trabalhistas conforme definido na CLT<sup>2</sup>, mas não é essa a característica central deste tipo de ação, mas sim a mudança em torno da resolução dos litígios trabalhistas.

Essas ações implicam, em geral, a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), entre a empresa tomadora final do serviço e o Ministério Público do Trabalho, ou, então, o ajuizamento de uma Ação Civil Pública contra a empresa tomadora. Vale a pena tomar como caso a se analisar o TAC assinado entre a Inditex-Zara e o MPT. Nesse acordo, a Zara assume responsabilizar-se juridicamente por sua cadeia produtiva, além de investir (é esse o termo utilizado no TAC) 3,4 milhões de reais em ações sociais que tem como foco incidir na população migrante. Em entrevista, o procurador do trabalho informou que o TAC busca tornar o custo do emprego da mão-de-obra estrangeira igual ao custo da mão-de-obra nacional. Segundo as palavras do procurador, essa seria a medida mais acertada para que se diminuísse o fluxo desordenado de migrantes que rumam à capital, ou seja, a partir deste política procura-se implementar indiretamente controles de migração.

No entanto, apesar de mirar nessa equiparação do custo da mão-de-obra nacional com a estrangeira, o procurador acaba realizando outras medidas que saem da esfera das garantias mínimas da legislação trabalhista e entram em outra esfera, que se refere à gestão de atividades sociais de inclusão do migrante. Desses 3,4 milhões desembolsados pela Zara, uma parte seria utilizada para equipar o MTE, outra para a realização de um Poupatempo que tivesse como foco o atendimento de migrantes, outra parte seria encaminhada para o Cami, para que ele gerisse o atendimento e o possível retorno do migrante libertado ao seu país de origem. Segundo o procurador, a assinatura do TAC

---

<sup>2</sup> Segundo os auditores entrevistados, em todos os casos em que foram realizadas libertações, que levam mais de um dia para ser concluída, pois seguem diversas etapas – as iniciais se referem a escolha da oficina que se fará a batida, depois de fiscalizada, os auditores devem inspecionar o ambiente, acessar os documentos da empresa, se é que há algum, levantar informações dos trabalhadores, imprimir as carteiras de trabalho, etc – um número relativamente grande de trabalhadores migrantes acabam por não buscar e não demandar os direitos trabalhistas referentes à libertação (13º salário, FGTS, seguro desemprego, entre outros).

implicou a disponibilização de uma cifra a ser investida em atividades sociais que ele passava a fiscalizar (sua função precípua de advogado da sociedade, como ele mesmo teria definido, acabava por ser conjugada com outra função, que seria a de gestor de política pública).

Outro ponto importante que não se deve perder de vista quando se fala dessa mudança de atores implicados na gestão dos conflitos trabalhistas, é o funcionamento de entidades, como o Cami, o CDHIC e a Pastoral do Migrante que disponibilizam advogados que fazem a mediação de conflitos trabalhistas. Muitas vezes, quando há problemas entre os migrantes e seus empregadores, ou entre donos de oficinas e os tomadores de serviço das oficinas, como, por exemplo, coreanos donos de confecções intermediárias, essas entidades são acionadas pelos próprios migrantes, ou até mesmo devido a encaminhamentos do MTE, como os responsáveis para solucionar o litígio em questão. Estas entidades acabam fazendo o papel de sindicato para os migrantes.

Trata-se de algumas questões preliminares de uma pesquisa ainda em curso. A metodologia empregada consiste em observação etnográfica e entrevistas semiestruturadas, não apenas com os migrantes, mas com o conjunto de atores que estruturam a questão. Também foi realizado um acompanhamento da discussão acadêmica e midiática sobre o tema desde meados dos anos 2000, quando da divulgação do primeiro grande caso de fiscalização do MTE (o caso da C&A)<sup>3</sup> em oficinas de costura com migrantes em condição análoga à de escravo, até o presente momento. Entrevistas foram realizadas com representantes: de ONGs que desenvolvem trabalho com os migrantes da CAMI; da Casa do Migrante/Centro de estudos migratórios/Centro Pastoral do Migrante; da Repórter Brasil; do Ministério do Trabalho e Emprego; do Ministério Público do Trabalho; de empresas implicadas em fiscalizações; de sindicatos, dentre diversos outros atores implicados no debate.

## **Bibliografia:**

AZEVEDO, Flávio Ant. Gomes. *A presença do trabalho forçado urbano na cidade de São Paulo: Brasil/Bolívia*. São Paulo: dissertação de mestrado, Prolam/USP, 2005.

---

<sup>3</sup> [http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos\\_biblioteca/conteudo/1895er10\\_6a17.pdf](http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/1895er10_6a17.pdf), acesso em 19/10/2012.

- BIGNAMI, Renato. *Trabalho escravo contemporâneo: o sweating system no contexto brasileiro como expressão do trabalho forçado urbano*. In: Sinait, 2011. Disponível em: <http://www.sinait.org.br/arquivos/artigo19216c4627d24e2563a4335ceb2c9469.pdf>
- CACCIAMALI, Maria Cristina; AZEVEDO, Flávio Gomes. “Entre o Tráfico Humano e a Opção da Mobilidade Social: os Imigrantes Bolivianos na Cidade de São Paulo”. In: *Cadernos PROLAM/USP* (ano 5 -vol. 1 -2006), p. 129-143.
- FREIRA DA SILVA, Carlos. *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*. São Paulo: dissertação de mestrado, FFLCH/USP, 2008.
- HIRSCH, Olivia. *Migrações sul-sul: o caso dos bolivianos no Brasil e na Argentina*. Observador on-line, vol 3, n. 4, abr, 2008.
- MAGALHÃES, Giovana Modé. *Fronteiras do Direito Humano à Educação: um estudo sobre os imigrantes bolivianos nas escolas públicas de São Paulo*. São Paulo: dissertação de mestrado, FEUSP, 2010.
- MAZZOCANTE, Heloisa. *Estado nacional e migração Bolívia -Brasil: categorização e recategorização da população migrante*. In: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Vol. 2/2008, p. 52-70.
- McGRATH, Siobhán. *The Political Economy of Forced Labour in Brazil: Examining labour dynamics of production networks in two cases of ‘slave labour’*. Manchester: tese de doutoramento, University of Manchester, 2010.
- POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo, Boitempo. 2012
- SILVA, Sidney Antonio da. *Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Paulinas, 1997.
- SOUCHAUD, Sylvain. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo. In: BAENINGER, Rosana (org.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: NEPO/Unicamp, 2012.
- XAVIER, Iara Rolnik. *Projeto migratório e espaço: os migrantes bolivianos na RMSP*. Campinas: dissertação de mestrado, UNICAMP, 2010.